



Concurso Público para provimento de cargos de
Analista de Controle Externo
Meio Ambiente

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'G07', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

P R O V A

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos I

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 100 questões, numeradas de 1 a 100.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver os Cadernos de Questões e a sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: As questões de números 1 a 10 referem-se ao texto seguinte.

Notícias e mais notícias

Confesso que já estou cheio de me informar sobre o mundo. Pela TV, pelo rádio, pelos incontáveis canais da Internet, pelos celulares, pelos velhos jornais e revistas não param de chegar notícias, comentários, opiniões formadas. Essas manifestações me cercam, obrigam-me a tomar conhecimento de tudo, enlaçam-me numa rede de informações infinitas, não me deixam ignorar nenhum acontecimento, do assalto no bar da esquina aos confrontos no Oriente Médio. Gostaria de descansar os olhos e os ouvidos, daria tudo para que se calassem por algum tempo essas notícias invasoras, e me sobrasse tempo para não saber mais nada de nada...

Minha utopia é acordar num dia sem notícias, quando os únicos acontecimentos sensíveis fossem os da natureza e os do corpo: amanhecer, clarear, ventar, escurecer – e andar, olhar, ouvir, sentar, deitar, dormir. Parece pouco, mas é mais que muito: é impossível. É impossível fruir esse estado de contemplação – melhor dizendo: de pura e permanente percepção de si e do mundo. Até porque partiria de nós mesmos a violação desse estado: em algum momento nos cansaríamos e passaríamos a cogitar coisas, a avaliar, a imaginar, e estenderíamos nossa curiosidade para tudo o que estivesse próximo ou distante. Em suma: iríamos atrás de informações. Ficaríamos ávidos por notícias do mundo.

O ideal talvez fosse um meio termo: nem nos escravizarmos à necessidade de notícias, nem nos abandonarmos a um confinamento doentio. Mas o homem moderno sabe cada vez menos equilibrar-se entre os extremos. Nossa época, plena de novidades, não nos deixa descansar. Cada tela apagada, cada aparelho desligado parece espreitar-nos, provocando-nos: – Você sabe o que está perdendo?

Desconfio que estejamos perdendo a capacidade de nos distrairmos um pouco com nós mesmos, com nossa memória, com nossos desejos, com nossas expectativas. Bem que poderíamos acreditar que há, dentro de nós, novidades a serem descobertas, notícias profundas de nós, que pedem calma e silêncio para se darem a conhecer.

(Aristides Bianco, inédito)

1. O autor do texto mostra-se, fundamentalmente, insatisfeito com
- (A) a irrelevância da maioria das matérias que pesquisa na Internet.
 - (B) o descaso com que os meios de comunicação veiculam informações.
 - (C) a profusão de informações que nos fazem esquecer de nós mesmos.
 - (D) a tendência moderna de valorizar em excesso as aptidões individuais.
 - (E) o excesso de estímulos que nos levam a uma permanente autoavaliação.

2. Atente para as seguintes afirmações:
- I. No primeiro parágrafo, o autor mostra-se ressentido com o fato de que só lhe chegam notícias que não têm qualquer importância.
 - II. No segundo parágrafo, a utopia referida pelo autor diz respeito a seu desejo de ter pleno controle sobre os meios de comunicação modernos.
 - III. No terceiro parágrafo, o autor propõe, em substituição à utopia referida no parágrafo anterior, a postulação de um sensato equilíbrio.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
 - (B) I e II, apenas.
 - (C) I e III, apenas.
 - (D) II e III, apenas.
 - (E) III, apenas.
3. No último parágrafo, o autor manifesta sua dúvida quanto à
- (A) possibilidade de interiorização e autoconhecimento do homem moderno.
 - (B) existência de algo que valha a pena perscrutar dentro de nós.
 - (C) capacidade de retenção de nossa memória pouco exercitada.
 - (D) importância do silêncio, de que brotam profundas revelações.
 - (E) expectativa de que venhamos a saber filtrar as notícias do mundo.
4. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
- (A) *rede de informações infinitas* = cadeia de eventos intransmissíveis.
 - (B) *é impossível fruir* = é impraticável deslizar.
 - (C) *parece espreitar-nos* = simula divisar-nos.
 - (D) *um confinamento doentio* = um nocivo insulamento.
 - (E) *equilibrar-se entre os extremos* = amalgamar as polaridades.
5. O autor vale-se da referência *do assalto no bar da esquina aos confrontos do Oriente Médio* para
- (A) manifestar sua inconformada reação diante da violência urbana.
 - (B) exemplificar a variação e a desproporção características dos noticiários.
 - (C) referendar a combatividade das reportagens que denunciam os fatos.
 - (D) acusar o sensacionalismo com que se avaliam fatos políticos.
 - (E) ilustrar a frieza e a uniformidade com que se veiculam as notícias.



6. Na penúltima linha do segundo parágrafo, a frase *iríamos atrás de informação* expressa uma justificativa para o fato que se afirma em:
- (A) *Parece pouco, mas é mais que muito.*
 (B) *O ideal talvez fosse um meio termo.*
 (C) *(...) partiria de nós mesmos a violação desse estado (...)*
 (D) *Minha utopia é esta: acordar num dia sem notícias (...)*
 (E) *(...) pura e permanente percepção de si e do mundo.*
7. No último parágrafo, o autor admite que
- (A) há um tipo de notícias que seria muito proveitoso acessar.
 (B) não é de todo mau que nos envolvamos com as notícias do mundo.
 (C) seria preferível distrairmo-nos a ficarmos absortos em nós mesmos.
 (D) a paz e o silêncio deveriam ser as grandes novidades do mundo.
 (E) só é possível que nos solidarizemos se houver calma e silêncio.
8. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se numa forma do **singular** para preencher corretamente a lacuna da frase:
- (A) Aquele a quem (**sensibilizar**) os fatos do noticiário deve poupar-se de acompanhá-los todos os dias.
 (B) Não (**dever**) mover a ninguém as esperanças ou a crença em que o mundo se torne mais discreto e silencioso.
 (C) Em qualquer notícia que provenha do nosso íntimo não mais (**haver**) de se ocultar as verdades que fingimos desconhecer.
 (D) As pessoas a quem (**impor**) a TV, diuturnamente, notícias de toda espécie perdem a capacidade de discriminar o que é ou não importante.
 (E) As novidades que dentro de mim se (**mascarar**) só se revelarão mediante uma análise introspectiva.
9. Está plenamente adequada a correlação entre os tempos e modos verbais na frase:
- (A) Quem se obriga a se informar o tempo todo acabaria por faltar-se de todas as notícias, sejam elas importantes ou não.
 (B) Ele não acreditaria se lhe dissemos que estivesse perdendo a capacidade de distrair-se consigo mesmo.
 (C) Seria preciso que acreditemos que há, dentro de nós, novidades que pedem calma e silêncio para se haverem dado a conhecer.
 (D) Só terá sido possível fruir esse estado de contemplação caso fôssemos concentrados em nós mesmos.
 (E) Por mais que nos informemos, o real sentido das notícias só se revela quando somos inteiramente senhores da nossa consciência crítica.
10. Transpondo-se para a voz passiva a frase *passaríamos a imaginar coisas*, a forma verbal resultante será
- (A) haveremos de passar a imaginar.
 (B) passariam a ser imaginadas.
 (C) passariam sendo imaginadas.
 (D) teríamos passado a imaginar.
 (E) teriam passado a imaginar.

Atenção: As questões de números 11 a 20 referem-se ao texto seguinte.

A respeito do termo *etnia*

Por **etnia** entende-se um grupo de pessoas que partilham vários atributos, como espaço geográfico, língua, costumes e valores, e que reivindicam para si o mesmo nome étnico e a mesma ascendência. Mas sempre há nisso grande dose de subjetividade. Daí ser difícil estabelecer fronteiras claras entre as *etnias* e quantificar os grupos étnicos existentes no planeta. A língua, por exemplo, que parece um critério objetivo, não é suficiente para determinar diversas *etnias*, se tomada isoladamente, pois muitos grupos étnicos usam o mesmo idioma.

O moderno conceito de *etnia* desenvolveu-se no século XX, em oposição às teorias racistas que evocavam argumentos de ordem biológica para justificar a dominação de um grupo humano sobre outros. A ciência considera incorreto falar em diferentes raças quando se trata de seres humanos. Todos os homens pertencem ao gênero *Homo* e à espécie *Homo sapiens*. Eventuais variações genéticas são mínimas e insuficientes para configurar diferenciações raciais.

Os homens agrupam-se socialmente, e as semelhanças e diferenças que estabelecem entre si decorrem de processos históricos, sempre culturais, jamais naturais. Fundamentalmente, um indivíduo pertence a determinada *etnia* porque acredita nisso, e tal crença é compartilhada pelos demais indivíduos que compõem o mesmo grupo.

A existência de vários grupos étnicos no interior das mesmas fronteiras nacionais é uma situação comum, pois as populações humanas não são homogêneas, em razão das migrações no decorrer da história. Mas as diferenças étnicas, em diversos casos, são manipuladas para acirrar conflitos de fundo político ou econômico. O próprio conceito de raça humana, há muito não admitido pela antropologia moderna, serviu (e por vezes ainda serve) de pretexto para justificar as mais cruéis manifestações de preconceito, violência e barbárie.

(Adaptado do **Almanaque Abril Cultural** 2009, p. 123)

11. De acordo com o texto, o conceito de **etnia** diz respeito, fundamentalmente,
- (A) às variações genéticas que vêm caracterizando, ao longo da História, os mais diferentes agrupamentos humanos.
 (B) a critérios de identificação pelos quais se reconhecem grupos humanos, com base em alguns atributos compartilhados.
 (C) a alguns fatores biológicos pelos quais os homens se distinguem uns dos outros, como a cor da pele ou traços fisionômicos.
 (D) aos valores culturais que alguns grupos humanos classificam e julgam superiores aos de outros grupos.
 (E) a critérios científicos e objetivos, a partir dos quais se pode justificar com mais rigor a reivindicação de superioridade cultural.



12. Atente para as seguintes afirmações:
- É mais difícil quantificar os grupos étnicos existentes do que estabelecer diferenças criteriosas entre as etnias.
 - Até o final do século XIX, o fato de haver raças diferentes serviu para justificar uma escalada de violências históricas.
 - O fato de haver diferentes etnias num mesmo território nacional não implica, necessariamente, uma situação de conflito.
- Em relação ao texto, está correto APENAS o que se afirma em
- I.
 - II.
 - III.
 - I e II.
 - II e III.
13. Deve-se entender da leitura do segundo parágrafo que
- os estudos que levam ao conceito de **etnia** opõem-se a fundamentos das ciências biológicas.
 - a palavra de **etnia** surgiu como uma espécie de alternativa semântica para veicular o conceito de **raça**.
 - o conceito de **gênero** humano estabeleceu-se em função da invariância dos nossos fatores genéticos.
 - as descobertas científicas foram desconsideradas na formulação do conceito de **etnia**.
 - os fatores biológicos não têm relevância determinante para a fixação conceitual de **etnia**.
14. No quarto parágrafo, afirma-se que conflitos de fundo político ou econômico
- podem ser acirrados por fatores outros, como diferenças étnicas ou invocações do conceito de **raça**.
 - têm sua origem em argumentos que só se justificam quando se considera a antropologia moderna.
 - existem sobretudo em função do instinto de dominação do homem, um impulso natural que provém das diferenças raciais.
 - são, na verdade, conflitos de natureza étnica, embora justificados por razões de ordem racial.
 - ocorrem quando manifestações de preconceito racial têm como justificativa razões de ordem meramente étnica.
15. Está clara e correta a **redação** deste livre comentário que se faz sobre o texto:
- Pode ser que ainda haja quem defenda o conceito de **raça** enquanto razão de superioridade entre todos os seres humanos.
 - A antropologia moderna tem um papel decisivo no conceito de **raça**, ao qual ela deixou de relevância em função dos conceitos étnicos.
 - São diferenças históricas, ou mesmo culturais, pelas quais os homens deixam de agregar-se socialmente, estabelecendo-as entre si.
 - Muitas das piores manifestações de barbárie humana deveram-se à manipulação do conceito de **raça**, hoje rechaçado pela antropologia.
 - Ainda que houvessem variações genéticas, elas seriam mínimas para almejam a configuração de efetivas diferenças raciais entre os homens.
16. Considerando-se a correção da frase e o contexto, o termo sublinhado pode ser substituído pelo que vem entre parênteses em:
- A ciência considera incorreto falar em diferentes raças quando se trata de seres humanos. (**aonde for o caso de**)
 - (...) as semelhanças e diferenças que estabelecem entre si decorrem de processos históricos, sempre culturais, jamais naturais. (**em meio a elas**)
 - (...) e tal crença é compartilhada pelos demais indivíduos que compõem o mesmo grupo. (**se comparte entre os**)
 - (...) as populações humanas não são homogêneas, em razão das migrações no decorrer da história. (**não obstante as**)
 - (...) serviu (e por vezes ainda serve) de pretexto para justificar as mais cruéis manifestações de preconceito (...) (**razão de somenos para**)
17. Está correto o emprego do elemento sublinhado na frase:
- São vários os atributos a que se pode recorrer para caracterizar um grupo étnico.
 - Não são claras as fronteiras em cujas se deseja estabelecer uma objetiva distinção entre etnias.
 - São mínimas as variações genéticas de que se poderia levar em conta para configurar alguma diferenciação racial.
 - O fenômeno das migrações é um fator concorrente de que as populações não sejam homogêneas.
 - O próprio conceito de **raça** humana, de cujo ninguém duvidava, é hoje dado como ultrapassado.
18. Representam uma **causa** e seu **efeito**, respectivamente, os seguintes segmentos do texto:
- (...) grupo de pessoas que partilham vários atributos / há nisso grande dose de subjetividade. (1º parágrafo)
 - Daí ser difícil estabelecer fronteiras claras / a língua (...) parece um critério objetivo. (1º parágrafo)
 - O moderno conceito de etnia desenvolveu-se no século XX / em oposição às teorias racistas. (2º parágrafo)
 - (...) um indivíduo pertence a determinada etnia porque acredita nisso / e tal crença é compartilhada pelos demais indivíduos. (3º parágrafo)
 - (...) migrações no decorrer da história / as populações humanas não são homogêneas. (4º parágrafo)



19. Está plenamente adequada a pontuação da frase:
- (A) Entenda-se que para se considerar a existência de uma etnia, não pode deixar de ocorrer uma auto-identificação, ou seja uma autoconsciência de grupo social.
- (B) Foram, de fato, inúmeras as atrocidades perpetradas em nome de interesses políticos e econômicos, devidamente mascarados, aliás, por razões de ordem racial.
- (C) De acordo com a antropologia moderna, os grupos étnicos, devem ser considerados a partir de critérios, que incluam aspectos culturais, e fatores históricos.
- (D) Mesmo as pequenas diferenças étnicas, podem acabar servindo de pretexto, para que alguns grupos se sobreponham aos outros movidos por razões políticas.
- (E) Não há como separar, do conceito de etnia a noção de compartilhamento cultural, pela qual, diferentes grupos humanos, tomam consciência de sua própria identidade.

20. As normas de concordância verbal encontram-se plenamente respeitadas na frase:
- (A) Desenvolveu-se ao longo do século XX vários conceitos científicos, inclusive o de etnia.
- (B) Deve-se à antropologia moderna alguns avanços históricos, sobretudo no que diz respeito ao conceito de raça.
- (C) Constam entre as mais cruéis manifestações de barbárie a promoção dos terrores raciais, levada a cabo pelos nazistas.
- (D) Já não se pode lançar mão de razões racistas para se camuflar um interesse econômico ou político.
- (E) Não deixarão de haver, infelizmente, novas atrocidades coletivas, em nome de novos pretextos.

Atenção: As questões de números 21 a 30 referem-se ao texto seguinte, do filósofo francês Montaigne, influente pensador do século XVI.

Da moderação

Como se tivéssemos infeccioso o tato, ocorre-nos corromper, se as manusearmos em excesso, as coisas que em si são belas e boas. A virtude pode tornar-se vício se ao seu exercício nos dedicarmos com demasiada avidez e violência. E jogam com as palavras os que dizem não haver excesso na virtude porque não há virtude onde há excesso: "Não é sábio o sábio, nem justo o justo, se seu amor à virtude é exagerado".

Trata-se de uma sutileza filosófica. Pode-se dedicar imoderado amor à virtude e ser excessivo em uma causa justa. Preconiza o apóstolo São Paulo, a esse respeito, um equilíbrio razoável: "Não sejas mais comportados do que o necessário; ponde alguma sobriedade no bom comportamento". Vi um dos grandes deste mundo prejudicar a religião por se entregar a

práticas religiosas incompatíveis com a sua condição social. Aprecio os caracteres moderados e prudentes: ultrapassar a medida, ainda que no sentido do bem, é coisa que me espanta, se não me incomoda, e a que não sei como chamar. Mais estranha do que justa se me afigura a conduta da mãe de Pausânias, que foi a primeira a denunciá-lo e a contribuir com a primeira pedra para a morte do filho; nem tampouco aprovo a atitude do ditador Postúmio, mandando matar o filho que, no entusiasmo da mocidade, saíra das fileiras para atacar o inimigo, com felicidade, aliás. Não me sinto propenso nem a aconselhar nem a imitar tão bárbara virtude.*

Falha o arqueiro que ultrapassa o alvo, da mesma maneira que aquele que não o alcança. Minha vista se perturba se de repente enfrenta uma luz violenta, quando então vejo tão pouco como na mais profunda escuridão.

*Nota: A mãe de Pausânias depositara um tijolo diante do templo de Minerva, onde se refugiara o rei, seu filho. Os lacedemônios, aprovando-lhe o julgamento simbólico, ergueram muros em torno do refúgio e deixaram o prisioneiro morrer de fome.

(Adaptado de Montaigne, **Ensaios**)

21. Da compreensão geral do texto resulta adequada a seguinte conclusão: para Montaigne,
- (A) a todo vício corresponde uma virtude, que resulta do exagero dele.
- (B) é desejável que o equilíbrio comande o exercício das demais virtudes.
- (C) nenhuma virtude é possível quando quem a pratica não sabe exagerar.
- (D) a moderação costuma esvaziar a desejável intensidade das virtudes.
- (E) a sabedoria da moderação é inócua, pois o sábio é sempre imoderado.

22. Atente para as seguintes afirmações:

- I. *A virtude pode tornar-se vício se ao seu exercício nos dedicarmos com demasiada avidez e violência.*
- II. *Pode-se dedicar imoderado amor à virtude e ser excessivo em uma causa justa.*
- III. *(...) ultrapassar a medida, ainda que no sentido do bem, é coisa que me espanta.*

As referências aos casos da mãe de Pausânias e do ditador Postúmio podem bem ilustrar o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) II, apenas.



23. Ao citar as frases *Não é sábio o sábio, nem justo o justo, se seu amor à virtude é exagerado* e *Não sejas mais comportados do que o necessário; ponde alguma sobriedade no bom comportamento*, Montaigne deseja mostrar que
- (A) ambas as frases admitem que o excesso nem sempre é vicioso.
- (B) a primeira frase apenas ameniza o sentido radical da segunda.
- (C) a segunda frase desmente o que afirma a primeira.
- (D) ambas as frases atestam a conveniência da plena moderação.
- (E) a segunda frase lhe parece mais irracional do que a primeira.
-
24. *Falha o arqueiro que ultrapassa o alvo, da mesma maneira que aquele que não o alcança.*
- Considerando-se o contexto, deve-se entender que a frase acima está expressando, de modo figurado, a seguinte convicção:
- (A) o homem que pratica moderadamente a virtude vale tanto quanto o que é exageradamente virtuoso.
- (B) mais vale a pena tudo arriscar nas altas virtudes do que se conformar com as pequenas.
- (C) é mais fácil visar às virtudes que estão ao nosso alcance do que àquelas que mal vislumbramos.
- (D) os vícios costumam ser tão excessivos quanto as virtudes, cabendo em ambos os casos um pouco de moderação.
- (E) o excesso é tão condenável quanto a insuficiência, quando se trata da prática de uma virtude.
-
25. Deve-se entender que a *bárbara virtude* a que alude Montaigne ao final do segundo parágrafo foi assim qualificada porque Postúmio
- (A) se deixou levar pelos excessos da mocidade.
- (B) se mostrou hesitante diante da insolência do jovem.
- (C) demonstrou cruel obsessão pelo senso de disciplina.
- (D) decidiu punir cruelmente a rebeldia das fileiras.
- (E) se revelou um sádico diante das hostes inimigas.
-
26. *Não sejas mais comportados do que o necessário; ponde alguma sobriedade no bom comportamento.*
- A frase acima permanecerá correta com a substituição das formas verbais sublinhadas, respectivamente, por:
- (A) sejas - ponhais
- (B) seja - põe
- (C) sede - ponhais
- (D) sejas - põe
- (E) sejas - ponhas
-
27. É preciso **corrigir**, por falha estrutural, a redação da frase:
- (A) Nenhuma das virtudes está imune aos defeitos que representam os excessos com que podem ser exercidas.
- (B) Os excessos da prática de uma virtude podem constituir o mesmo defeito do qual, por princípio, se desejaria combater.
- (C) O autor considerou uma sutileza filosófica o que expressa o texto citado, no qual também acusa um jogo de palavras.
- (D) Montaigne não vê senão excesso na reação supostamente virtuosa da mãe de Pausânias, ou na do ditador Postúmio.
- (E) A alegoria do arqueiro demonstra, de modo prático e objetivo, que a virtude não deve ser buscada nos extremos.
-
28. A moderação não é fácil de alcançar; há quem veja a moderação como sinal de fraqueza; consideram outros a moderação um atributo dos tímidos – sem falar nos que atribuem à moderação a pecha da covardia.
- Evitam-se as viciosas repetições do texto acima substituindo-se os segmentos sublinhados, na ordem dada, por:
- (A) a veja - consideram-na outros - lhe atribuem
- (B) lhe veja - a consideram outros - atribuem-na
- (C) a veja - consideram-lhe outros - atribuem-na
- (D) veja a ela - consideram-na outros - atribuem-lhe
- (E) veja-a - a consideram outros - a atribuem
-
29. *Falha o arqueiro que ultrapassa o alvo, da mesma maneira que aquele que não o alcança.*
- O elemento sublinhado na frase acima tem sentido equivalente ao da expressão
- (A) com a mesma perícia.
- (B) nas mesmas condições.
- (C) o que também ocorre com.
- (D) conquanto possa ocorrer com.
- (E) ainda que o mesmo aconteça a.
-
30. Quanto à redação da **Nota**, ao pé do texto, é correto afirmar que
- (A) as formas *depositara* e *se refugiara* expressam ações que ocorreram concomitantemente.
- (B) o pronome *lhe*, na forma *aprovando-lhe*, está-se referindo a *templo de Minerva*.
- (C) a expressão *juízo simbólico* está empregada no sentido de **juízo inconsequente**.
- (D) a frase *ergueram muros em torno do refúgio* pode ser substituída, adequadamente, por **muraram aonde era o refúgio**.
- (E) o tempo da forma verbal *refugiara* indica ação anterior à expressa pelo tempo da forma verbal *ergueram*.



Noções de Direito Constitucional

31. Compete ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República,
- dispor sobre fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.
 - apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão.
 - escolher dois terços dos membros do Tribunal de Contas da União.
 - autorizar referendo e convocar plebiscito.
 - autorizar, em terras indígenas, a exploração e o aproveitamento de recursos hídricos e a pesquisa e lavra de riquezas minerais.

32. Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente,
- a homologação de sentenças estrangeiras e a concessão de exequatur às cartas rogatórias.
 - os conflitos de atribuições entre autoridades administrativas e judiciárias da União, ou entre autoridades judiciárias de um Estado e administrativas de outro, ou do Distrito Federal, ou entre as deste e da União.
 - as causas em que forem partes Estado estrangeiro ou organismo internacional, de um lado, e, do outro, Município ou pessoa residente ou domiciliada no País.
 - nas infrações penais comuns, o Presidente da República, o Vice-Presidente, os membros do Congresso Nacional, seus próprios Ministros e o Procurador-Geral da República.
 - a execução de sentença nas causas de sua competência originária, sendo vedada a delegação de atribuições para a prática de atos processuais.

33. Considere as seguintes afirmações sobre a proposta orçamentária do Ministério Público:
- O Ministério Público elaborará sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias e, caso encaminhada em desacordo com esses limites, caberá ao Poder Executivo proceder aos ajustes necessários para fins de consolidação da proposta orçamentária anual.
 - Se o Ministério Público não encaminhar a respectiva proposta orçamentária dentro do prazo estabelecido na lei de diretrizes orçamentárias, o Poder Executivo considerará, para fins de consolidação da proposta orçamentária anual, os valores aprovados na lei orçamentária vigente, ajustados de acordo com os limites estipulados na lei de diretrizes orçamentárias.
 - Durante a execução orçamentária do exercício, não poderá haver a realização de despesas ou a assunção de obrigações que extrapolem os limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, exceto se previamente autorizadas, mediante a abertura de créditos suplementares ou especiais.
- Está correto o que se afirma em
- I, apenas.
 - II, apenas.
 - III, apenas.
 - I e II, apenas.
 - I, II e III.

34. Ato lesivo ao patrimônio público e ao meio ambiente, praticado por entidade integrante da Administração Pública, poderá ser anulado, judicialmente, por meio de
- mandado de injunção impetrado por partido político.
 - ação popular proposta por qualquer cidadão.
 - habeas data* impetrado por organização sindical, na defesa dos interesses de seus membros.
 - mandado de segurança coletivo impetrado pelo Ministério Público.
 - habeas corpus* impetrado por qualquer indivíduo.

35. Ao organizar o Poder Legislativo, na esfera federal, a Constituição da República prevê que
- a Câmara dos Deputados será composta de representantes do povo, eleitos, pelo sistema majoritário, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal.
 - o Senado Federal será composto de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio proporcional.
 - a representação de cada Estado e do Distrito Federal no Senado Federal será renovada de quatro em quatro anos, alternadamente, por um e dois terços.
 - as deliberações de cada Casa Legislativa serão tomadas pela maioria absoluta de seus membros, salvo disposição constitucional em contrário.
 - o número total de Senadores será estabelecido por lei complementar, proporcionalmente à população, procedendo-se aos ajustes necessários, no ano anterior às eleições, para que nenhuma daquelas unidades da Federação tenha menos de oito ou mais de setenta representantes.

36. Vagando os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República,
- será chamado ao exercício da Presidência o Presidente da Câmara dos Deputados, que deverá completar o período de mandato de seus antecessores.
 - será realizada eleição pelo Congresso Nacional, trinta dias depois da última vaga, caso a vacância ocorra nos últimos dois anos do período presidencial.
 - deverá ser convocado plebiscito para decidir quanto à necessidade de realização de nova eleição.
 - caberá ao Tribunal Superior Eleitoral dar posse aos candidatos segundos colocados no pleito em que eleitos os antecessores.
 - não há solução prevista expressamente na Constituição da República para a sucessão, cabendo ao Congresso Nacional dispor sobre a matéria.

37. Será considerado inelegível, nos termos da Constituição da República,
- o Governador de Estado no exercício de seu primeiro mandato que, pretendendo a reeleição, não renunciar até seis meses antes do pleito.
 - o Deputado Federal no exercício de segundo mandato consecutivo que pretenda reeleger-se.
 - quem tenha sido condenado criminalmente por decisão judicial, mesmo que ainda não transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos.
 - brasileiro naturalizado que queira candidatar-se a uma vaga no Senado Federal.
 - o filho adotado de Governador do Estado que pretenda candidatar-se a Prefeito da Capital do Estado.



38. Ao dispor sobre os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, a Constituição da República admite, expressamente, que seja objeto de acordo ou convenção coletiva de trabalho
- (A) a concessão de seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário.
- (B) a garantia de irredutibilidade do salário.
- (C) o décimo-terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria.
- (D) o prazo prescricional para propositura de ação judicial quanto aos créditos resultantes da relação de trabalho.
- (E) a redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança.

39. Incluem-se entre os bens dos Estados
- (A) as terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares.
- (B) o mar territorial, os terrenos de marinha e seus acrescidos.
- (C) as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.
- (D) as ilhas fluviais e lacustres não-pertencentes à União.
- (E) os potenciais de energia hidráulica.

40. Considere as seguintes afirmações sobre a disciplina constitucional do direito de propriedade:
- I. A lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos na Constituição.
- II. A pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento.
- III. No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, desde que mediante indenização prévia em dinheiro.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I, II e III.

Noções de Direito Administrativo

41. NÃO contempla prerrogativa inerente ao regime jurídico administrativo:
- (A) impenhorabilidade dos bens públicos.
- (B) imprescritibilidade dos bens públicos.
- (C) revogação unilateral, pela Administração, de contratos por motivo de interesse público.
- (D) possibilidade de praticar todos os atos não proibidos por lei.
- (E) sujeição dos atos a controle interno e autotutela.

42. Considere as afirmações abaixo, relativas ao conceito de serviço público:
- I. O conceito de serviço público varia no tempo e no espaço, cabendo a cada ordenamento jurídico definir quais são tais serviços.
- II. No Brasil, os serviços públicos são relacionados pela Constituição, embora haja espaço para a criação de novos serviços públicos por lei formal.
- III. O conceito estrito de serviço público inclui toda prestação de serviços pelos órgãos do Estado e entidades da Administração Indireta que possa gerar comodidade fruível pelos cidadãos, tais como justiça e segurança pública.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) I e II.
- (D) I e III.
- (E) II e III.

43. "A pessoa legalmente investida em cargo, de provimento efetivo ou em comissão, com denominação, função e vencimento próprios, número certo e remunerado pelos cofres públicos."

Esta é a definição de

- (A) agente público.
- (B) particular em colaboração com a Administração.
- (C) servidor público em sentido amplo.
- (D) empregado público.
- (E) funcionário público.

44. No Estado de Goiás, o provimento de cargos em comissão
- (A) depende de concurso público, salvo se já houver prévia investidura em cargo de provimento efetivo.
- (B) é feito por decreto do Governador do Estado.
- (C) está condicionado à prévia apresentação de declaração de bens e valores do nomeado.
- (D) é restrito aos funcionários que já sejam titulares de cargo de provimento efetivo.
- (E) implica a automática posse do cargo, sem necessidade de outro ato formal do funcionário.



45. A respeito das sanções por improbidade administrativa, tal como previstas pela Lei nº 8.429/92, é correto afirmar que
- (A) é possível a decretação de indisponibilidade dos bens do acusado, nos casos de atos de improbidade que importem enriquecimento ilícito ou que lesem o patrimônio público.
- (B) os herdeiros do infrator respondem ilimitadamente pelos prejuízos causados por este, caso venha a falecer no curso do feito.
- (C) a propositura da ação gera automaticamente a indisponibilidade dos bens do acusado, cabendo posteriormente sua ratificação por decisão judicial.
- (D) a condenação ao ressarcimento do dano deverá ser efetuada em ação autônoma, ainda que a condenação por improbidade administrativa tenha eficácia de coisa julgada na esfera cível.
- (E) são imputáveis apenas os agentes administrativos que tenham direta participação no evento, sem prejuízo da responsabilização disciplinar daqueles que tenham com ele concorrido.
-
46. No exercício de seu poder regulamentar, o Chefe do Poder Executivo pode expedir, relativamente a todas as matérias de sua competência, regulamentos
- (A) autônomos, destinados a criar normas jurídicas gerais e abstratas, independentemente de lei anterior.
- (B) autônomos, cuja eficácia e aplicabilidade independe de posterior manifestação do Poder Legislativo.
- (C) de execução, destinados a dar fiel cumprimento às leis.
- (D) de execução, destinados a dar fiel cumprimento aos decretos por ele expedidos.
- (E) independentes, destinados a regulamentar a prestação de serviços públicos.
-
47. Dentre os elementos dos atos administrativos, citam-se
- (A) a autoexecutoriedade, a imperatividade e a presunção de legalidade.
- (B) a discricionariedade e a vinculação.
- (C) a anulação e a revogação.
- (D) o objeto, a finalidade e o motivo.
- (E) os atos de império, os atos negociais e os atos de gestão.
-
48. Em relação à invalidação dos atos administrativos é correto afirmar que
- (A) apenas os atos discricionários podem ser objeto de revogação.
- (B) apenas os atos vinculados podem ser objeto de anulação.
- (C) a revogação por conveniência e oportunidade desobriga a Administração de indenizar o particular lesado.
- (D) a anulação sempre se dá em caráter *ex nunc* e respeita os efeitos produzidos durante a vigência do ato.
- (E) a revogação sempre se dá em caráter *ex tunc* e desfaz os efeitos produzidos durante a vigência do ato, com ou sem indenização.
-
49. O princípio da presunção de legalidade dos atos administrativos
- (A) impede sua apreciação pelo Poder Judiciário.
- (B) permite que a sua legalidade seja questionada, embora o ato seja considerado válido até decisão em contrário.
- (C) torna verdadeiros, em caráter absoluto, os fatos alegados pela Administração como motivos para edição do ato.
- (D) permite ao Poder Judiciário analisar apenas seus aspectos de constitucionalidade, não de legalidade.
- (E) é incompatível com os demais princípios administrativos e constitui exceção ao regime jurídico de direito público.
-
50. Considere as situações abaixo descritas, relativamente a atividades desempenhadas por servidores públicos do Estado de Goiás, no exercício de suas funções:
- I. deixar, injustificadamente, de arrecadar tributos a seu cargo.
- II. empregar meio vexatório na cobrança de tributo ou receita pública.
- III. deixar de recolher ou repassar tributos aos cofres públicos.
- É infração disciplinar também punível com multa o que está descrito em
- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I, II e III.
-
- Legislação Específica do Estado de Goiás**
51. Compete ao Tribunal de Contas do Estado de Goiás
- (A) julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta.
- (B) apreciar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos apenas da administração direta.
- (C) processar e julgar o Governador e o Vice-Governador por crime de responsabilidade e os Secretários de Estado por crime da mesma natureza, conexo com aquele.
- (D) julgar, anualmente, as contas prestadas pelo Governador, e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo.
- (E) proceder à tomada de contas do Governador, quando não prestadas dentro de sessenta dias após a abertura da Sessão Legislativa.



52. O poder que o Tribunal de Contas do Estado de Goiás possui para, no âmbito de sua competência e jurisdição, expedir atos normativos sobre matéria de sua atribuição e sobre a organização dos processos que lhe devam ser submetidos, obrigando os jurisdicionados ao seu cumprimento, sob pena de responsabilidade, denomina-se
- (A) processual.
(B) disciplinar.
(C) de Polícia.
(D) jurisdicional.
(E) regulamentar.
53. Segundo o Regimento Interno, é vedado ao Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Goiás
- (A) resolver os incidentes relativos à ordem e andamento dos processos.
(B) participar de sociedade comercial, exceto como acionista ou cotista sem ingerência.
(C) exercer representação perante o Tribunal transcorridos 4 anos do afastamento do cargo por aposentadoria.
(D) exercer comissão remunerada ou não em concessionárias de serviço público.
(E) desincumbir-se das missões e dos encargos que o Tribunal lhe confiar.
54. Aceitação formal das atribuições, deveres e responsabilidades inerentes ao cargo público, com o compromisso de bem servir, denomina-se
- (A) indicação.
(B) nomeação.
(C) posse.
(D) lotação.
(E) contratação.
55. A prioridade na tramitação dos processos e procedimentos administrativos e na execução dos atos e diligências administrativas é assegurada quando figure, em qualquer grau de instância, como requerente ou interveniente, pessoa com idade igual ou superior a
- (A) 55 anos.
(B) 60 anos.
(C) 65 anos.
(D) 70 anos.
(E) 75 anos.
56. Considere:
- I. O processo administrativo somente poderá ter início mediante pedido do interessado.
- II. Não pode ser objeto de delegação a decisão de recursos administrativos.
- III. Inexistindo competência legal específica, o processo administrativo poderá ser iniciado perante a autoridade de qualquer grau hierárquico para decidir:
- Considerando a regulamentação do processo administrativo no âmbito da Administração Pública do Estado de Goiás, está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I.
(B) I e II.
(C) II.
(D) II e III.
(E) III.
57. A modalidade de licitação em que a disputa pelo fornecimento de bens ou serviços comuns é feita em sessão pública, por meio de propostas de preços escritas e lances verbais, denomina-se
- (A) convite.
(B) registro de preço.
(C) leilão.
(D) tomada de preço.
(E) pregão.
58. A licitação na modalidade de pregão não se aplica às contratações de
- (A) serviços de copeiragem.
(B) serviços de apoio administrativo.
(C) serviços de assistência médica.
(D) locações imobiliárias.
(E) serviços de eventos.
59. Quanto à participação de empresas reunidas em consórcio no pregão, é correto afirmar que
- (A) as empresas consorciadas não poderão participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou isoladamente.
(B) no consórcio de empresas brasileiras e estrangeiras, a liderança poderá ser ou não exercida pela empresa brasileira.
(C) para fins de qualificação econômico-financeira, somente a empresa líder deverá atender aos índices contábeis definidos no edital.
(D) apenas a empresa líder deverá apresentar a documentação de habilitação exigida no edital.
(E) as empresas integrantes, salvo a empresa líder, poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que já constem do Cadastro de Fornecedores – CADFOR.
60. A modalidade de Licitação para registro de preços, realizada a critério do órgão gerenciador e mediante despacho devidamente fundamentado da autoridade máxima do órgão ou da entidade, é
- (A) a tomada de preço.
(B) a concorrência do tipo técnica e preço.
(C) a tomada de preço do tipo técnica e preço.
(D) o pregão do tipo técnica e preço.
(E) a tomada de preço do menor preço.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS I

61. A eficiência dos sistemas de tratamento de esgoto utilizando lodos ativados depende do conhecimento detalhado dos microrganismos presentes que se sucedem ao longo do processo. Entre estes, são de importância fundamental

- (A) os rotíferos que consomem compostos orgânicos dissolvidos prejudiciais aos microdecompositores.
- (B) as cianobactérias que liberam a maior parte do oxigênio consumido pelos demais microrganismos.
- (C) os protozoários ciliados que promovem ativamente a mineralização da matéria orgânica.
- (D) as bactérias que degradam compostos orgânicos, e são fundamentais na floculação.
- (E) os fungos filamentosos, que são os principais responsáveis pela floculação do material inorgânico.

62. Na frase

"Entre as doenças de veiculação hídrica podem ser citadas A e B, cujos agentes etiológicos são respectivamente C e D."

as letras A, B, C e D podem ser substituídas sequencialmente por

- (A) febre tifóide, febre amarela, bactéria e vírus.
- (B) cólera, febre amarela, vibrião e vírus.
- (C) gastroenterites, leptospirose, vários microrganismos e vírus.
- (D) hepatite A, cólera, vírus e bactéria.
- (E) poliomielite, dengue, vírus e mosquito.

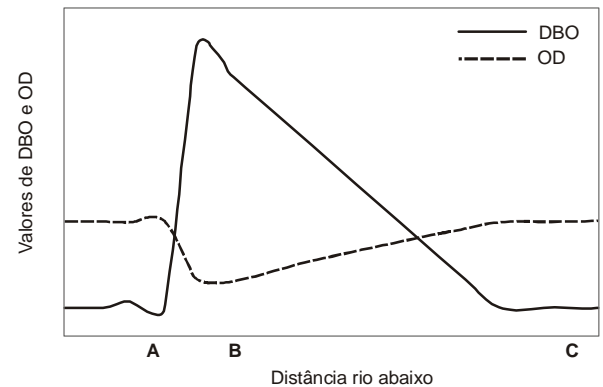
63. Barreiras sanitárias

- I. são mecanismos utilizados por órgãos governamentais que impedem ou restringem a circulação de organismos vivos, parte deles ou seus derivados.
- II. restringem-se a evitar ou prevenir riscos de contaminação e disseminação de organismos que constituam risco à saúde humana.
- III. podem ser empregadas para evitar a introdução de espécies invasoras com potencial de causar impactos aos ambientes naturais.
- IV. são destinadas exclusivamente a evitar o transporte de microrganismos transmissores de doenças ou de animais por eles contaminados.
- V. previnem a introdução de espécies que constituam ameaça à saúde de seres humanos, animais e vegetais.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I, II, III e IV.
- (C) I, III e V.
- (D) II, III e V.
- (E) II e V.

64. Um pesquisador, realizando medidas da demanda bioquímica de oxigênio (DBO) e da concentração de oxigênio dissolvido (OD) nos pontos A, B e C, ao longo de um rio, observou as tendências apresentadas na figura abaixo.



Em relação às curvas das duas variáveis avaliadas, é correto afirmar que

- (A) B está na zona de decomposição ativa, demonstrada pela diminuição de OD que indica o consumo de oxigênio na decomposição de compostos inorgânicos.
- (B) B está na zona de decomposição ativa, demonstrada pelo aumento de DBO que indica o consumo de oxigênio na decomposição de compostos orgânicos.
- (C) A marca o início da zona de degradação, demonstrada pelo aumento de DBO que indica o consumo de oxigênio na decomposição de compostos inorgânicos.
- (D) C está na zona de recuperação, demonstrada pelo aumento de OD após a diminuição de seu consumo na decomposição de compostos inorgânicos.
- (E) C antecede o início da zona de águas claras, demonstrada pelo retorno de OD e DBO aos níveis anteriores à descarga.

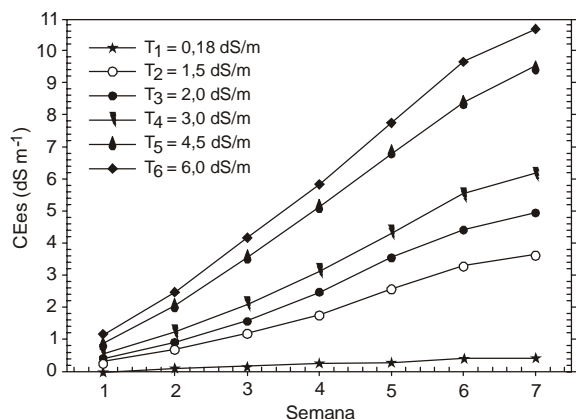
65. Os padrões de qualidade de águas no nível federal, estabelecidos pela resolução CONAMA 357/2005, variam em função da classe de enquadramento do corpo d'água. Entre as variáveis para as quais há padrões estabelecidos, pode-se citar

- (A) demanda bioquímica de oxigênio, oxigênio dissolvido, pH, alcalinidade e densidade de cianobactérias.
- (B) oxigênio dissolvido, pH, turbidez, condutividade, clorofila-a e densidade de coliformes termotolerantes.
- (C) oxigênio dissolvido, pH, potencial redox, concentração de cianotoxinas e densidade de *Escherichia coli*.
- (D) oxigênio dissolvido, pH, turbidez, cor verdadeira, densidade de cianobactérias e de coliformes termotolerantes.
- (E) demanda bioquímica de oxigênio, oxigênio dissolvido, pH, condutividade e densidade de *Escherichia coli*.

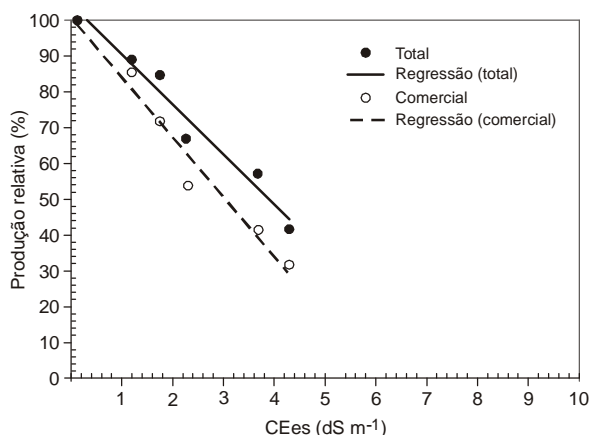


66. As figuras abaixo mostram resultados de um experimento desenvolvido com o objetivo de avaliar a produção da alface americana irrigada com água de diferentes salinidades.

Estimativa da condutividade elétrica do solo (CEes) (dSm^{-1}) para diferentes níveis de salinidade (T) (dS/m) da água de irrigação



Produções total e comercial de alface americana (%) em função da condutividade elétrica do solo (CEes) (dSm^{-1})



(Adaptado de Gervásio, E.S.; Carvalho, J.A.; Santana, M.J. 2000. **Efeito da salinidade da água de irrigação na produção da alface americana**. Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental, 4, p. 125-128)

Analisando as figuras, é possível concluir:

- (A) A salinidade do solo não tem relação direta com a salinidade da água de irrigação, portanto, não é possível inferir sobre o efeito da salinidade sobre a produção da alface.
- (B) Apesar de, aparentemente, haver relação entre as salinidades do solo e da água de irrigação, não é possível inferir a respeito do efeito da salinidade sobre a produção da alface.
- (C) Há correlações positivas tanto entre as salinidades do solo e da água de irrigação como entre a produção de alface e a salinidade do solo.
- (D) A relação inversa entre a produção de alface e a salinidade do solo permite concluir que esta independe da salinidade da água de irrigação.
- (E) A salinidade do solo é diretamente afetada pela salinidade da água de irrigação, resultando em queda na produção da alface americana.

67. Entre as práticas de conservação do solo, podem ser citadas a manutenção da vegetação natural e o plantio de leguminosas visando, respectivamente,

- (A) garantir a manutenção do intemperismo biológico e melhorar a fertilidade do solo devido à simbiose com bactérias nitrificantes.
- (B) diminuir o risco de erosão eólica e manter a fertilidade do solo devido à simbiose com bactérias nitrificantes.
- (C) diminuir a erosividade das chuvas e melhorar a fertilidade do solo devido à simbiose com bactérias fixadoras de nitrogênio.
- (D) diminuir o risco de erosão por escoamento superficial e melhorar a fertilidade do solo devido à simbiose com bactérias fixadoras de nitrogênio.
- (E) impedir a erosividade da chuva e aumentar a eficiência do solo utilizando culturas altamente produtivas.

68. A remediação de solos contaminados utiliza, dependendo do caso,

- (A) fitorremediação, técnica *in situ* baseada na remoção dos contaminantes por plantas.
- (B) escavação do solo, técnica *in situ* baseada no transporte dos contaminantes.
- (C) aquecimento por rádio frequência, técnica *ex situ* baseada na volatilização dos contaminantes.
- (D) extração de vapores, técnica *ex situ* baseada na evaporação dos contaminantes.
- (E) encapsulamento geotécnico, técnica *ex situ* baseada no uso de barreiras de alta permeabilidade.

69. Entre os gases causadores de efeito estufa, o que mais contribui para o aquecimento global é o

- (A) CFC-12, pois apesar da concentração relativamente baixa na atmosfera, apresenta o maior potencial de aquecimento.
- (B) óxido nitroso, pois apresenta tanto a maior concentração na atmosfera como o maior potencial de aquecimento.
- (C) metano, pois apesar da concentração relativamente baixa na atmosfera, apresenta o maior potencial de aquecimento.
- (D) dióxido de carbono, pois apresenta tanto a maior concentração na atmosfera como o maior potencial de aquecimento.
- (E) dióxido de carbono, pois apesar do menor potencial de aquecimento, apresenta a maior concentração na atmosfera.

70. Sobre a saúde humana e os ecossistemas naturais, respectivamente, a poluição do ar pode causar

- (A) aumento da função pulmonar e contaminação de corpos de água.
- (B) surgimento de bronquite asmática e eutrofização dos solos urbanos.
- (C) agravamento de casos de asma e acidificação de corpos de água.
- (D) aumento da função pulmonar e acidificação de corpos de água.
- (E) agravamento de casos de asma e eutrofização de corpos de água.



<p>71. As convenções de Basiléia e de Estocolmo tratam, respectivamente, dos</p> <p>(A) movimentos transfronteiriços de resíduos perigosos e de espécies de interesse alimentar.</p> <p>(B) movimentos transfronteiriços de resíduos perigosos e dos poluentes inorgânicos persistentes.</p> <p>(C) movimento transfronteiriços de itens alimentares e dos poluentes orgânicos persistentes.</p> <p>(D) movimentos transfronteiriços de resíduos perigosos e dos poluentes orgânicos persistentes.</p> <p>(E) poluentes orgânicos persistentes e dos movimentos transfronteiriços de resíduos perigosos.</p>	<p>74. Em relação à vigilância ambiental em saúde, considere:</p> <p>I. Envolve o monitoramento de problemas relacionados ao desequilíbrio do ambiente, de forma a minimizar a exposição humana a fatores prejudiciais à saúde.</p> <p>II. Objetiva prevenir e controlar os fatores de risco de doenças decorrentes do ambiente e das atividades produtivas.</p> <p>III. As ações relacionadas ao tema são restritas ao nível federal.</p> <p>IV. A Fundação Oswaldo Cruz é uma das instituições envolvidas no tema.</p> <p>V. Por estar ligado à Fundação Nacional de Saúde, o Sistema Nacional de Vigilância Ambiental em Saúde não conta com a participação de entidades privadas.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I, II e III.</p> <p>(B) I, II e IV.</p> <p>(C) I, II, IV e V.</p> <p>(D) I e III.</p> <p>(E) II e V.</p>
<p>72. Em relação à poluição sonora, é correto afirmar:</p> <p>(A) Projetos de construção e reformas de edificações estão isentos de seguir as regulamentações técnicas.</p> <p>(B) Atividades de coordenação do programa nacional de educação e controle da poluição sonora são atribuições do Ministério da Saúde.</p> <p>(C) Limites de ruídos aceitáveis em áreas habitadas são estabelecidos por meio de estudos realizados pela Associação Brasileira de Normas Técnicas.</p> <p>(D) Emissões de ruídos produzidos por veículos automotores obedecem às normas expedidas pelo órgão municipal de controle ambiental.</p> <p>(E) Atividades sociais, mesmo as produtoras de ruído intenso, estão isentas de obedecer as normas técnicas em vigor.</p>	<p>75. A ineficiência das políticas de saneamento ambiental pode resultar em poluição ambiental relacionada ao destino inadequado do lixo. Neste caso, a população, sobretudo do entorno da área de descarte, fica sujeita a uma série de doenças em decorrência da presença, por exemplo, de moscas e ratos. Estes animais são, respectivamente, vetores de</p> <p>(A) malária e raiva humana.</p> <p>(B) leishmaniose e leptospirose.</p> <p>(C) malária e peste bubônica.</p> <p>(D) febre tifóide e filaríase.</p> <p>(E) salmonelose e peste bubônica.</p>
<p>73. As siglas NOEC (maior concentração de efeito não observado) e LOEC (menor concentração de efeito observado) são empregadas em estudos sobre toxicologia ambiental. Também a avaliação, cuja sigla é MATC, pode ser utilizada em testes de toxicidade do tipo</p> <p>(A) aguda, tendo LOEC como limite inferior e NOEC como superior, pode ser calculada pela média geométrica entre estas duas variáveis.</p> <p>(B) crônica, tendo LOEC como limite inferior e NOEC como superior, pode ser calculada pela média geométrica entre estas duas variáveis.</p> <p>(C) crônica, tendo NOEC como limite inferior e LOEC como superior, pode ser calculada pela média geométrica entre estas duas variáveis.</p> <p>(D) aguda, não apresentando relação com LOEC e NOEC, pode ser calculada a partir da concentração em que se observa 50% de mortalidade dos organismos.</p> <p>(E) crônica, não apresentando relação com LOEC e NOEC, pode ser calculada a partir da concentração em que se observa 50% de mortalidade dos organismos.</p>	<p>76. Considere que o governo federal tenha que decidir sobre o emprego de verbas para a melhoria dos serviços de saúde de diferentes regiões, priorizando as áreas mais carentes. Neste sentido, deveriam ser considerados indicadores demográficos, socioeconômicos, de recursos, de mortalidade, de morbidade e fatores de risco, respectivamente,</p> <p>(A) cobertura vacinal, razão de renda, número de internações hospitalares por habitante, mortalidade perinatal e prevalência de aleitamento materno.</p> <p>(B) população total, taxa de analfabetismo, cobertura de coleta de lixo, mortalidade por neoplasias malignas e doenças congênitas.</p> <p>(C) proporção de idosos na população, taxa de desemprego, número de leitos hospitalares por habitante, mortalidade infantil e incidência de doenças transmissíveis.</p> <p>(D) razão de sexos, níveis de escolaridade, cobertura de planos privados de saúde, taxa de incidência por neoplasias malignas e doenças cardíacas.</p> <p>(E) grau de urbanização, nível de industrialização, cobertura de esgotamento sanitário, mortalidade proporcional por idade e despesa familiar com saúde.</p>



77. Risco ambiental pode ser definido como a probabilidade de um perigo potencial se manifestar em um dado período. Sobre a avaliação de riscos ambientais considere:

- I. Trata-se de um processo anterior e fundamental para a identificação de zonas de vulnerabilidade ambiental.
- II. Trata-se de um processo de decisão sobre a tolerabilidade do risco que compara o risco estimado com o considerado tolerável a fim de determinar o nível de significância do risco.
- III. A maioria das metodologias utiliza as etapas de identificação, caracterização e priorização dos riscos, sendo que a combinação das duas últimas é denominada análise de risco.
- IV. A caracterização do risco associa valores de frequência ou probabilidades às consequências de um risco.
- V. Permite avaliar os riscos que as atividades humanas impõem ao ambiente.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II, III e IV.
- (B) I, II e V.
- (C) II, III, IV e V.
- (D) II, III e V.
- (E) II, IV e V.

78. Dentro das linhas de ação e estratégias do ProNEA, Programa Nacional de Educação Ambiental, a gestão e o planejamento da Educação Ambiental (EA) no país têm a mobilização e a articulação social como instrumento para

- (A) estimular o apoio financeiro público e privado a ações de educação ambiental.
- (B) favorecer e apoiar a expansão e o fortalecimento da EA em toda a sociedade.
- (C) apoiar o fortalecimento do vínculo da EA com a concessão de licenças ambientais.
- (D) administrar cursos de capacitação de caráter regional e orientação interdisciplinar.
- (E) promover a priorização das questões ambientais em todos os órgãos governamentais.

79. As análises das temáticas ambientais têm incorporado, cada vez mais, as questões econômicas, deixando clara sua indissociabilidade. Esta tendência pode ser explicada, entre outros motivos, pelo fato de

- (A) a composição e a estrutura dos ecossistemas responderem positivamente às tecnologias ambientalmente responsáveis.
- (B) os produtos de tecnologia verde serem responsáveis por um incremento no consumo de bens e serviços ambientais outrora escassos.
- (C) os produtos industrializados resultarem em custos ambientais que, uma vez revertidos, causam impactos sobre o mercado consumidor.
- (D) os componentes e aspectos funcionais dos ecossistemas passarem a ser reconhecidos como bens e serviços ambientais passíveis de valoração.
- (E) o meio ambiente passar a ser considerado um bem público, que gera externalidades de alto valor agregado.

80. As competências legalmente estabelecidas para a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) permitem que este órgão também seja considerado atuante em questões ambientais porque:

- I. estabelece normas e padrões relativos aos limites de contaminantes, resíduos tóxicos, desinfetantes, metais pesados e outros que envolvam risco à saúde.
- II. articula as ações da União, mas garante autonomia às atuações de controle sanitário em níveis estaduais, municipais e do Distrito Federal, sem suplementá-las.
- III. regulamenta, controla e fiscaliza alimentos, bebidas, águas envasadas, seus insumos e embalagens, aditivos alimentares, limites de contaminantes orgânicos, resíduos de agrotóxicos e de medicamentos veterinários.
- IV. controla radioisótopos para uso diagnóstico *in vivo*, radiofármacos e produtos radioativos utilizados em diagnóstico e terapia.
- V. controla e fiscaliza quaisquer produtos que envolvam a possibilidade de risco à saúde, obtidos por engenharia genética, por outro procedimento ou ainda submetidos a fontes de radiação.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e IV.
- (B) I, II e V.
- (C) I, III, IV e V.
- (D) II, III, IV e V.
- (E) II, IV e V.

81. A agenda 21 é um documento operacional da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92, que

- (A) serve como base de planejamento para o desenvolvimento sustentável, conciliando preservação ambiental, justiça ambiental e eficiência econômica.
- (B) parte do princípio de que todas as nações têm direito ao desenvolvimento, o que requer um impulso às atividades econômicas convencionais.
- (C) desconsidera a importância da conservação de ecossistemas frágeis, apesar de estarem sujeitos à desertificação como resultado das atividades humanas.
- (D) responsabiliza o governo federal pela criação da agenda e sua aplicação em todos os níveis, consultando a sociedade civil, se necessário.
- (E) falha por não tocar na necessidade de mudanças nos hábitos de consumo, uma condição essencial para o alcance do desenvolvimento sustentável.

82. O Protocolo de Kyoto institui um Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, que tem como objetivo permitir que Nações

- (A) não incluídas do Anexo I comprem reduções certificadas de emissão de projetos desenvolvidos em Nações do Anexo I.
- (B) não incluídas no Anexo I atinjam o desenvolvimento sustentável por meio do desenvolvimento de projetos em parceria com nações desenvolvidas.
- (C) incluídas no Anexo I desenvolvam projetos em parceria entre si que permitam a produção de reduções certificadas de emissão.
- (D) signatárias do protocolo, incluídas ou não no Anexo I, alcancem o desenvolvimento sustentável sem emitir carbono.
- (E) não incluídas no Anexo I cumpram seus compromissos quantificados de limitação e redução de emissões.



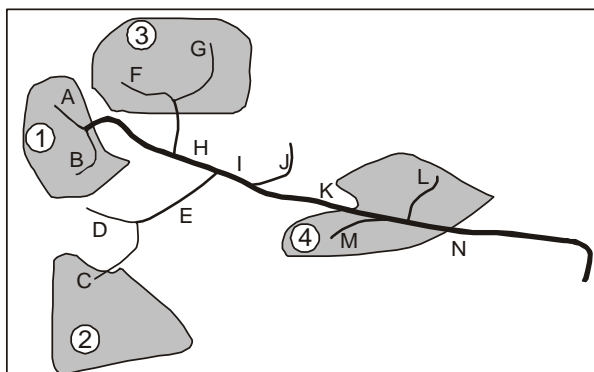
83. Uma definição de Gestão Ambiental capaz de abranger corretamente a totalidade das ações humanas relacionadas ao meio ambiente envolveria:
- (A) gestão de recursos naturais de forma a garantir o equilíbrio entre os interesses sociais e econômicos.
 - (B) ações de administração, gestão ou regência relacionadas ao conjunto de componentes do meio ambiente.
 - (C) ações administrativas de controle e redução de impactos ambientais, por meio de legislação e normas.
 - (D) conjunto de ações administrativas voltadas à mitigação dos impactos ambientais antropogênicos.
 - (E) controle de bens e serviços dos ecossistemas de maneira a garantir a sustentabilidade socioeconômica.
84. O crescimento exacerbado da população humana deixa suas marcas por todo o planeta sob a forma dos mais variados tipos de impactos ambientais, os quais podem ser definidos como alterações em componentes
- (A) bióticos dos ecossistemas que resultam em queda da ciclagem de nutrientes e aumento da equitatividade de espécies.
 - (B) abióticos dos ecossistemas que resultam em queda da atividade dos decompositores, com consequente acúmulo de detritos.
 - (C) abióticos dos ecossistemas que resultam em queda da produtividade primária e diminuição da riqueza de espécies.
 - (D) abióticos ou bióticos dos ecossistemas que resultam em contaminação de certos organismos e consequente biomagnificação.
 - (E) abióticos e/ou bióticos dos ecossistemas que resultam em mudanças no seu funcionamento e/ou estrutura das comunidades.
85. A avaliação de impacto ambiental conta com uma grande variedade de métodos que podem ser agrupados em categorias como: listagens, matrizes, diagramas de fluxo e mapas de superposição. Com relação a estes métodos é correto afirmar que
- (A) matrizes são tabelas bidimensionais que apresentam as atividades humanas em um eixo e indicadores de impactos em outro, cuja vantagem consiste no fato de incorporar relações de causa e efeito.
 - (B) listagens são inventários extensivos de efeitos ambientais e indicadores de impactos, cuja vantagem consiste no fato de o analista ter em mãos a totalidade dos impactos possíveis.
 - (C) diagramas de fluxo permitem visualizar a conexão entre a atividade humana e o impacto, com a vantagem de serem representações muito simples independentemente do tipo de atividade.
 - (D) mapas de superposição utilizam a sobreposição de cartas temáticas referentes a diferentes compartimentos ambientais, com a desvantagem de não contemplar fatores como vulnerabilidade.
 - (E) listagens são inventários completos de efeitos ambientais e indicadores de impactos, cuja desvantagem é não servir para a avaliação de todos os tipos de impactos.
86. No que se refere ao licenciamento ambiental, a Resolução CONAMA 237/97 determina que
- (A) a licença de operação de um empreendimento seja concedida imediatamente após a aprovação da licença prévia.
 - (B) o prazo máximo para análise de cada modalidade de licença poderá ultrapassar 18 meses quando houver EIA/RIMA e/ou audiência pública.
 - (C) os documentos relativos à concepção do projeto devem ser apresentados pelo empreendedor após a aprovação da licença prévia.
 - (D) os profissionais contratados para a execução dos estudos necessários ao processo de licenciamento não estão sujeitos a sanções administrativas.
 - (E) os empreendimentos e atividades exemplificados por lavra garimpeira, indústria de produtos alimentares e silvicultura estão sujeitos ao licenciamento ambiental.
87. Os empreendimentos relacionados à lavra e produção de petróleo e gás natural estão sujeitos a procedimentos específicos. Neste sentido, a Resolução CONAMA 23/94 determina que
- (A) entre os instrumentos necessários para a expedição das licenças estão o relatório de controle ambiental, o relatório de avaliação ambiental e o projeto de controle ambiental.
 - (B) a atividade de perfuração associada à produção para pesquisa de viabilidade econômica é autorizada pela licença prévia para pesquisa.
 - (C) as produções para pesquisa sobre a viabilidade econômica e para fins comerciais são atividades de exploração, enquanto a perfuração se enquadra em atividades de prospecção.
 - (D) a aprovação do estudo de viabilidade ambiental é suficiente para que o órgão ambiental competente conceda a licença de operação para a atividade.
 - (E) o relatório de avaliação ambiental, elaborado pelo empreendedor, deve conter a descrição da atividade de perfuração, riscos ambientais, identificação dos impactos e medidas mitigadoras.
88. Segundo a Resolução CONAMA 01/86, os estudos de impacto ambiental, devem
- (A) considerar o relatório de impacto ambiental como um documento de amplo acesso ao público, independentemente do interesse de manter o sigilo industrial expresso pelo empreendedor.
 - (B) definir a área de influência do projeto, ou seja, a área direta ou indiretamente afetada pelo projeto, considerando, em todos os casos, a bacia hidrográfica na qual se localiza.
 - (C) elaborar um programa de acompanhamento e monitoramento dos impactos, no caso destes serem negativos.
 - (D) contemplar pelo menos duas alternativas tecnológicas e de localização do projeto, confrontando-as com a hipótese de não-realização do projeto.
 - (E) realizar o diagnóstico ambiental de modo a caracterizar a situação ambiental da área, priorizando o meio físico e os ecossistemas naturais.



89. O cadastro nacional de imóveis rurais, criado pela Lei nº 10.267, de 28 de agosto de 2001, estipula a obrigatoriedade de
- I. georreferenciamento de terra indígena com demarcação homologada, às expensas da União, com registro da área em nome da etnia diretamente envolvida na propriedade.
 - II. georreferenciamento do imóvel rural para os proprietários que desejarem realizar alterações cartoriais como desmembramento, parcelamento ou remembramento e qualquer tipo de transferência do imóvel.
 - III. descrição do imóvel rural em seus limites, características e confrontações, contendo as coordenadas dos vértices definidores dos limites dos imóveis rurais, georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e com precisão posicional a ser fixada pelo INCRA.
 - IV. elaboração de um memorial descritivo do imóvel assinado por profissional habilitado e com a devida Anotação de Responsabilidade Técnica.
 - V. cumprimento dos prazos legais para o georreferenciamento de imóveis rurais, com garantia de prazos maiores para imóveis maiores.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I, II, III e IV.
 - (B) I, II e IV.
 - (C) I, III, IV e V.
 - (D) II, III e IV.
 - (E) II, III e V.
90. Comparando-se os capítulos sobre meio ambiente constantes nas Constituições Federal e do Estado de Goiás, é correto afirmar:
- (A) A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Cerrado, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são considerados Patrimônio Nacional pela Constituição Federal.
 - (B) O papel do poder público e da coletividade na defesa, recuperação e preservação do meio ambiente, considerando as gerações presentes e futuras, está expresso em ambas as constituições.
 - (C) A preocupação em assegurar a informação veraz e atualizada em tudo o que disser respeito à qualidade do meio ambiente está expressa na Constituição Federal.
 - (D) O estímulo à utilização de alternativas adequadas à solução dos problemas de produção de energia, controle de pragas e utilização dos recursos naturais está expresso em ambas as constituições.
 - (E) A conservação do patrimônio espeleológico pelo poder público, a fim de assegurar um meio ambiente ecologicamente equilibrado para todos, está expressa apenas na Constituição de Goiás.
91. As reservas legais foram criadas pelo novo código florestal brasileiro, instituído em 1965. Considerando as alterações de redação por leis e medidas provisórias subsequentes, tais reservas podem ser definidas como áreas
- (A) localizadas em áreas particulares, gravadas com perpetuidade devido à existência de interesse público, com o objetivo de conservar a biodiversidade.
 - (B) localizadas nas encostas ou em partes destas com declividade superior a 45°, equivalente a 100% na linha de maior declive.
 - (C) localizadas no interior de uma propriedade ou posse rural, necessárias, entre outras coisas, ao uso sustentável dos recursos naturais e à conservação e reabilitação dos processos ecológicos.
 - (D) destinadas, entre outras funções, a preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e da flora e a proteger o solo.
 - (E) representadas por no mínimo 65% da vegetação nativa na propriedade rural situada em área de floresta localizada na Amazônia Legal.
92. De acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, a Área de Proteção Ambiental constitui uma unidade de conservação de
- (A) uso sustentável, que tem como objetivos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.
 - (B) proteção integral, que em geral é extensa, com um certo grau de ocupação humana, apresentando atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes.
 - (C) uso sustentável, que pertence ao governo federal, estadual ou municipal, o qual deve estabelecer as condições para o desenvolvimento de pesquisas científicas e visitação.
 - (D) proteção integral, que é constituída por terras públicas ou privadas, cabendo ao governo estabelecer as condições para o desenvolvimento de pesquisas e visitação.
 - (E) uso sustentável, que por ser extensa e geralmente ocupar áreas pertencentes a mais de um município está desobrigada de apresentar plano de manejo ambiental.
93. A Lei nº 9.605/08, conhecida como Lei de Crimes Ambientais, dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. Esta lei estabelece que
- (A) a pena é aumentada de um sexto a um terço, no caso de crime contra a flora cometido no período de queda das sementes.
 - (B) a multa será calculada conforme os critérios do Código Penal e, se revelar-se ineficaz, poderá ser aumentada em até cinco vezes o valor máximo.
 - (C) os instrumentos utilizados na prática da infração serão doados, garantindo a sua descaracterização por meio de reciclagem.
 - (D) a reincidência nos crimes de natureza ambiental e o baixo grau de escolaridade do infrator são circunstâncias agravantes da pena.
 - (E) a pena e a multa são aumentadas até o triplo, no caso de pesca em locais interditados por órgão regulador competente.



94. Considere que um pesquisador deve medir as cargas de um determinado poluente em diversos pontos de uma bacia hidrográfica. Para tanto, utilizou o croqui abaixo que, além de apresentar a rede hidrográfica, informa sobre a existência de quatro classes principais de uso e ocupação do solo (demarcadas em cinza), nas quais os números 1, 2, 3 e 4 correspondem, respectivamente, a áreas de vegetação primária, parque industrial, agropecuária e urbana.



Com base nestas informações, o pesquisador pensou nos seguintes pressupostos:

- I. Em cada ponto de um rio, a carga do poluente é calculada pela multiplicação de sua concentração pela vazão naquele ponto.
- II. Em cada ponto de um rio, a carga do poluente é calculada pela multiplicação de sua concentração pela velocidade da corrente naquele ponto.
- III. A carga do poluente resultante da atividade industrial é calculada pela diferença entre a carga medida no ponto 1 e a medida no ponto H.
- IV. A carga do poluente resultante da área urbana é calculada pela diferença entre a carga medida no ponto N e a medida no ponto K.
- V. A somatória das cargas do poluente resultante da agropecuária e da indústria é maior que a carga da área urbana.

Antes de iniciar o trabalho de campo, o pesquisador pode ter certeza de que estão corretos APENAS os pressupostos

- (A) I e III.
- (B) I, III e V.
- (C) I e IV.
- (D) II, III e V.
- (E) II, IV e V.

95. Considere as seguintes afirmações em relação às Resoluções CONAMA de nº 09/90, nº 10/90 e nº 349/04:

- I. Estas resoluções tiveram o objetivo de padronizar critérios norteadores das exigências ambientais a serem exigidas durante o licenciamento ambiental de empreendimentos específicos.
- II. As Resoluções CONAMA de nº 09/90 e de nº 10/90 tratam das competências e procedimentos do licenciamento ambiental de extração mineral, porém de classes diferentes.
- III. A Resolução CONAMA 349/04 estabelece critérios e procedimentos para o licenciamento ambiental de todo tipo de obra ferroviária, independente do grau de impacto que esta apresente.
- IV. As três Resoluções estabelecem o IBAMA como coordenador do processo de licenciamento ambiental de tipos específicos de empreendimentos nos casos de licenciamento em mais de um Estado.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) I e IV.
- (D) II e III.
- (E) III e IV.

96. Sobre as disposições constitucionais referentes ao controle externo das entidades governamentais, considere:

- I. A abrangência dos controles se restringe à legalidade e à legitimidade dos atos praticados pelos gestores.
- II. Qualquer cidadão é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União.
- III. Compete ao Tribunal de Contas da União apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em noventa dias a contar de seu recebimento.
- IV. Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) II e III.
- (C) II e IV.
- (D) III.
- (E) III e IV.



97. De acordo com o art. 71 da Constituição Federal de 1988, compete ao Tribunal de Contas da União, no exercício do controle externo, realizar inspeções e auditorias de diversas naturezas. Supondo que o Tribunal de Contas realize auditoria em uma entidade pública com a finalidade de confirmar os valores apresentados nas demonstrações financeiras, ele está realizando uma auditoria
- (A) contábil.
 - (B) de acompanhamento de gestão.
 - (C) de gestão.
 - (D) operacional.
 - (E) especial.
98. De acordo com os dispositivos constitucionais, os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno, o qual NÃO possui como finalidade
- (A) avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União.
 - (B) comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal.
 - (C) exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União.
 - (D) apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.
 - (E) aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei.
99. A verificação da legalidade dos atos de execução orçamentária será prévia, concomitante ou subsequente. Uma das formas de se exercer o controle prévio é por meio
- (A) do Balanço Patrimonial.
 - (B) do Relatório Resumido da Execução Orçamentária.
 - (C) do Relatório de Gestão Fiscal.
 - (D) do Empenho da Despesa.
 - (E) da Tomada de contas.
100. A Lei nº 101/2000 prevê que, quando o Poder Executivo ultrapassar 90% (noventa por cento) do limite definido para a despesa total com pessoal, ele será alertado pelo
- (A) Poder Judiciário.
 - (B) Tribunal de Contas.
 - (C) Poder Legislativo.
 - (D) Conselho Municipal.
 - (E) Setor de Contabilidade.